



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A **Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.** ("PPTe" ou "**Companhia**") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2024.

1) A COMPANHIA

A PPTe é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 15 de outubro de 2004 e estabelecida no Rio de Janeiro. Possui duas filiais localizadas em Rosana, no Estado de São Paulo, e Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 14 de dezembro de 2012 quando foi adquirida já em fase operacional da CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda e Lintrun do Brasil S.A. A SGBH é subsidiária da Top View Grid Investment Limited com 0,01% de participação e da State Grid International Singapore Private Limited (SGISPL) com 99,99% de participação. A State Grid Corporation of China (SGCC), localizada em Pequim na República Popular da China, é a controladora final dessas empresas.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas). Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	539,01
Extensão em kV:	230/440
Subestações próprias:	2

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita: A Resolução Homologatória nº 3.348 publicada em 16 de julho de 2024, estabeleceu novos valores referentes às receitas anuais permitidas da Companhia, para o ciclo de 2023/2024, com acréscimo na RAP de R\$ 137.698 vide **nota explicativa 1.2**. Em 09 de julho de 2024, a ANEEL, através da resolução homologatória nº 3.343/2024, homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida - RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia, com um índice de reposicionamento nominal de (2,09%). **3.2) Desempenho econômico-financeiro:** Os principais indicadores econômico-financeiros da Companhia ao final do exercício de 2024 e 2023 são:

	2024	2023
• Liquidez geral	2,17	2,21
• Liquidez corrente	2,93	3,45
• Relação patrimônio líquido/ativo	53,94%	54,66%
• Relação passivo não circulante/ativo	37,40%	37,57%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	16,71%	20,59%
• Relação lucro operacional/Patr. Líquido	27,10%	30,44%
Ativos totais - R\$	540.744.344	553.606.861
Lucro líquido do exercício - R\$	48.739.004	62.322.811

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

Nos últimos anos, implementamos melhorias contínuas e seguimos evoluindo, adotando as melhores práticas de governança aprovadas e publicadas por instituições representativas, como o IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Estamos integrando, gradualmente, a nova estrutura aos processos da Companhia, visando avanços futuros ainda mais significativos. Em abril de 2024, foram criados o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, alterando a estrutura de governança, que passou a ser composta por:

Conselho de Administração (CA) ou Board of Directors (BoD), Comitê Sênior de Gestão (SMC) e Conselho Fiscal (CF). **4.1 Conselho de Administração:** O Conselho de Administração, também chamado de *Board of Directors* (BoD), tem a missão de preservar o valor da Companhia, otimizar o retorno sobre o investimento de seus acionistas e criar valor a longo prazo, visando à perpetuidade dos negócios da SGBH. Para isso, o BoD é responsável por tomar decisões estratégicas, definir diretrizes gerais e estabelecer as políticas de negócios da Companhia. O BoD orienta os negócios em conformidade com os princípios de responsabilidade corporativa e ética previstos no Código de Ética e Conduta Empresarial da SGBH e também se dedica à proteção do objeto social e do sistema de governança, garantindo a observância das políticas corporativas estabelecidas. Suas atribuições incluem a elaboração de um método de monitoramento e avaliação da SGBH e seus Órgãos de Administração, o qual se desdobra nos planos estratégicos e mapas de riscos de implementação pela Diretoria Executiva. Em sua rotina, monitora os riscos corporativos, acompanha os compromissos institucionais e supervisiona os contratos de concessão. **4.2 Comitê Sênior de Gestão (SMC):** O Comitê Sênior de Gestão (SMC) é o principal órgão de gestão executiva da SGBH, definido em seu estatuto social como a Diretoria Executiva. Os seis membros são nomeados por deliberações do BoD e possuem mandatos de dois anos, sendo permitida a reeleição. Sua missão é preservar e ampliar o valor da Companhia, assegurando a execução das estratégias definidas pelo BoD e a condução eficiente das operações diárias. O SMC também desempenha o papel de articulação com os demais agentes de governança, subsidiárias e empresas coligadas, fortalecendo a integração de toda a estrutura corporativa. Entre suas principais responsabilidades estão a definição do planejamento estratégico da SGBH, subsidiado pela identificação de oportunidades de crescimento orgânico, inovação em novos negócios e aprofundamento de práticas ESG, com foco no desenvolvimento sustentável. **4.3 Conselho Fiscal (CF):** Conselho Fiscal (CF) é o órgão responsável pela fiscalização da gestão da Companhia, dando pareceres sobre relatórios e propostas da administração, além de acompanhar auditorias externas. Seus membros são nomeados pelos acionistas para o mandato de um ano, sendo permitida a reeleição.

5) GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos permeia todas as etapas dos projetos e processos em busca de eficiência, eficácia e ação integrada. Para intensificar nossa gestão e construir um ambiente de controles internos robustos, contamos com uma área dedicada que apoia toda a SGBH em adotar rigorosos padrões e as melhores práticas de mercado. A mitigação é feita por um processo contínuo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos corporativos e operacionais. Em 2024, iniciamos a migração da metodologia COSO para a ISO 31000, que traz uma abordagem mais sistemática e alinhada aos desafios atuais da Companhia, representando um amadurecimento significativo para a nossa gestão de riscos. A gestão dos riscos e a implementação dos planos de controle e mitigação constituem responsabilidades das áreas administrativas e operacionais. Para garantir a eficácia das ações, as auditorias internas acompanham os indicadores, que são também acompanhados periodicamente pelo SMC em reuniões entre líderes e gestores. Indo além da abordagem corporativa, adotamos pela primeira vez uma visão específica de gestão de riscos para projetos. Esse modelo foi aplicado ao projeto GATE, uma das maiores obras de infraestrutura do setor elétrico do Brasil. A metodologia desenvolvida para a GATE vem sendo adaptada para outros projetos da companhia e demonstra o compromisso em expandi-la como uma prática para ampliar a excelência em nossos empreendimentos.

6) ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E COMPLIANCE

Ética, transparência e compliance estão no centro das práticas de governança da Companhia e orientam todas as decisões e o relacionamento com stakeholders. Agimos para assegurar que os princípios de integridade estejam incorporados de forma consistente nas práticas e rotinas da empresa. Nosso Código de Ética e Conduta traz diretrizes claras de cumprimento das leis nacionais e internacionais, além de promover os valores institucionais de

segurança, comprometimento, dedicação, profissionalismo, comunicação e aprimoramento contínuo. O Código apresenta exemplos práticos de condutas esperadas, funcionando como um guia acessível a todos. Para garantir sua aplicação, oferecemos treinamentos on-line com testes de conhecimento e exigimos que todos os colaboradores, ao ingressarem na SGBH, assinem formalmente o compromisso de aderir aos seus princípios. Disponível aos públicos internos e externos, o Canal de Ética funciona de forma segura, anônima e independente para o registro de denúncias. As manifestações são investigadas e monitoradas pela Divisão de Compliance e Privacidade da SGBH que, após avaliação inicial, as encaminha ao Comitê de Ética quando comprovada a ocorrência de irregularidade. O processo é encerrado após a apresentação de evidências relevantes e a implementação de ações disciplinares sugeridas, com a aprovação final do relatório de compliance. Promovemos comunicações e treinamentos sobre políticas e procedimentos de combate à corrupção, atingindo todos os colaboradores. Os cursos passaram a fazer parte do processo de integração e, dentre os colaboradores ativos, 100% das lideranças e 96% de não lideranças concluíram os treinamentos, com pendências motivadas por ausências ocasionais, como licenças, férias e contratações próximas ao encerramento do ano de 2024. Para parceiros de negócios, utilizamos um vídeo instrucional e o Código de Ética voltado aos fornecedores, disponíveis em nosso website. Em 2024, a SGBH não se envolveu em casos de corrupção, e nenhuma penalidade ou medida disciplinar relacionada a esse tema foi aplicada.

7) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Em 2024, o Grupo SGBH investiu em iniciativas como educação ambiental, comunicação com comunidades e monitoramento de áreas de alta biodiversidade. Nossas ações são guiadas pelas diretrizes estabelecidas no licenciamento de cada projeto, visando prevenir, mitigar e compensar possíveis efeitos sobre o meio ambiente e as populações locais. As condicionantes incluem o monitoramento de fauna, flora, ocorrência de processos erosivos e nível de ruído, além do reflorestamento de áreas degradadas e a gestão de resíduos e efluentes.

8) SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA

Em 2024 a empresa teve como auditor Independente exclusivo a KPMG Auditores Independentes. O primeiro contrato com a KPMG Auditores Independentes foi assinado em 12 de maio de 2020 com vigência efetiva até o fim de cada ciclo de auditoria sendo este contrato renovado anualmente. Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela Revisão da NBC 17, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, os auditores independentes da Companhia exerceram tão e somente serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços. Demonstramos no quadro abaixo a remuneração (honorários e serviços) relacionada aos serviços de auditoria externa:

	2024
Auditor Independente	68.795
KPMG Auditores Independentes	68.795
Total	68.795

A companhia tem como prática alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes.

9) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimento à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária. Rio de Janeiro, 31 de março de 2025.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023		Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo				Passivo			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	21.526.231	55.585.067	Fornecedores - terceiros	12	2.305.693	3.019.474
Títulos e valores mobiliários	8	18.142.659	-	Fornecedores - partes relacionadas	25.2	1.081.980	456.263
Contas a receber - concessionárias e permissionárias	9	12.992.441	13.374.093	Obrigações Sociais e trabalhistas	13	6.325.506	6.442.918
Contas a receber - partes relacionadas	25.1	4.853.283	5.057.084	Financiamento - terceiros	14	18.816.503	17.916.993
Adiantamento a fornecedores		417.635	148.987	Imposto de renda e contribuição social a pagar	15	14.122.613	10.675.074
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	9.035.514	7.170.312	Outros impostos a pagar	15	2.102.425	2.888.733
Outros impostos a recuperar	10	169.882	65.133	Taxas regulamentares		1.622.442	1.572.033
Almoxarifado		1.640.813	1.076.774	Dividendos propostos	18.d/25.2	463.021	-
Ativos de contrato	11	67.226.279	64.386.312	Total passivo circulante		46.840.183	42.971.488
Outros ativos circulantes		1.241.606	1.453.206	Passivo não circulante			
Total ativo circulante		137.246.343	148.316.968	Financiamento - terceiros	14	86.957.890	99.222.873
Ativo não circulante				Provisão para contingências	16	1.697.718	706.958
Realizável a longo prazo				Impostos diferidos	17	113.560.225	108.086.527
Títulos e valores mobiliários	8	8.649.921	8.157.134	Total passivo não circulante		202.215.833	208.016.358
Ativos de contrato	11	392.038.780	395.478.664	Patrimônio líquido	18		
Outros ativos não circulantes		1.799.367	205.882	Capital social	18.a	214.035.000	214.035.000
Total realizável a longo prazo		402.488.068	403.841.680	Reserva de retenção de lucros	18.b	45.839.033	59.206.670
Imobilizado		965.759	1.401.857	Reserva legal	18.b	31.814.295	29.377.345
Intangível		44.174	46.356	Total patrimônio líquido		291.688.328	302.619.015
Total		1.009.933	1.448.213	Total do passivo e do patrimônio líquido		540.744.344	553.606.861
Total do ativo não circulante		403.498.001	405.289.893				
Total do ativo		540.744.344	553.606.861				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	19	108.515.907	117.861.650
Custo de construção e operação	20	(18.538.265)	(25.741.456)
Lucro bruto		89.977.642	92.120.194
Despesas gerais e administrativas	21	(8.984.807)	(5.268.404)
Outras despesas operacionais líquidas	22	(1.957.228)	(2.361.429)
Lucro antes do resultado financeiro		79.035.607	84.490.361
Resultado financeiro	23	(5.308.546)	(5.435.211)
Receita financeira		6.089.301	6.891.101
Despesa financeira		(11.397.847)	(12.326.312)
Resultado antes dos impostos		73.727.061	79.055.150
IRPJ e CSLL correntes	24	(19.458.867)	(10.154.493)
IRPJ e CSLL diferidos	24	(5.529.190)	(6.577.846)
Lucro líquido do exercício		48.739.004	62.322.811

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício		48.739.004	62.322.811
Outros resultados abrangentes		-	-
Total de resultados abrangentes		48.739.004	62.322.811

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		73.727.061	79.055.150
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros e variações cambiais sobre financiamentos	14	10.307.098	11.106.362
Depreciação e amortização		388.417	417.182
Baixa de imobilizado e intangível		94.365	161.469
Provisão para perda de crédito esperada	9	3.572.413	2.055
Rendimento títulos e valores mobiliários		(1.396.381)	-
PIS e COFINS diferido		(55.493)	1.207.120
Provisão para contingência		1.417.402	556.227
Custos de transação de financiamento (Aumento)/redução nos ativos	14	717.446	572.695
Contas a Receber - Concessionárias e permissionárias		(3.190.761)	(2.721.850)
Contas a receber - partes relacionadas		203.801	(402.842)
Ativos de contrato	11	599.917	(9.191.837)
Almoxarifado		(564.039)	383.636
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(1.865.202)	(7.145.548)
Outros impostos a recuperar		(104.749)	886.564
Adiantamento a fornecedores		(268.648)	(42.227)
Outros ativos		(1.381.885)	(202.045)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores - terceiros		(713.781)	(1.991.966)
Fornecedores - partes relacionadas		625.717	(61.848)
Pagamento de contingências		(426.642)	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar		(930.415)	4.832.606
Outros impostos a pagar		(786.308)	(120.721)
Taxas regulamentares		50.409	(604.168)
Obrigações sociais e trabalhistas		(117.412)	300.176
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		79.902.330	76.996.190
Imposto de renda e contribuição social pagos		(15.080.913)	(21.347.713)
Juros pagos	14	(5.123.258)	(5.630.624)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		59.698.159	50.017.853
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível		(44.502)	(21.469)
Aplicação de títulos e valores mobiliários		(53.000.000)	-
Resgate de títulos e valores mobiliários		36.253.723	-
Fluxo de caixa aplicados nas atividades de investimento		(16.790.779)	(21.469)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Financiamentos pagos	14	(17.266.759)	(16.522.884)
Dividendos pagos	18.d	(59.206.669)	(40.454.475)
Aplicação títulos e valores mobiliários - garantia debêntures		(45.569.880)	(52.929.678)
Resgate títulos e valores mobiliários - garantia debêntures		45.077.092	52.692.573
Juros sobre capital próprio	18.d	-	(5.100.000)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento		(76.966.216)	(62.214.464)
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(34.058.836)	(12.218.080)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		55.585.067	67.803.147
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		21.526.231	55.585.067

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	Capital social	Reserva de lucros			Total
		Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	214.035.000	26.261.204	46.454.474	-	286.750.678
Lucro líquido do exercício	-	-	-	62.322.811	62.322.811
Constituição da reserva legal (Nota explicativa 18.b)	-	3.116.141	-	(3.116.141)	-
Juros sobre capital próprio (Nota explicativa 18.d)	-	-	-	(6.000.000)	(6.000.000)
Constituição de reserva de lucros (Nota explicativa 18.c)	-	-	53.206.670	(53.206.670)	-
Dividendos intermediários (Nota explicativa 18.d)	-	-	(40.454.474)	-	(40.454.474)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	214.035.000	29.377.345	59.206.670	-	302.619.015
Lucro líquido do exercício	-	-	-	48.739.004	48.739.004
Constituição da reserva legal (Nota explicativa 18.b)	-	2.436.950	-	(2.436.950)	-
Constituição de reserva de lucros (Nota explicativa 18.c)	-	-	45.839.033	(45.839.033)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota explicativa 18.d)					



★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)**

T2021-034 - SE Nova Porto Primavera - instalação do primeiro banco de reatores de barra 440kV. O valor definido da RAP pela resolução é de R\$ 2.700.675. De acordo com o Despacho Aneel nº 1.430/21, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, autoriza a Companhia a implantar os reforços em instalações de 3 TP's no bays de conexão da LT 440 kV Nova Porto Primavera - Porto Primavera C1 e C2 na UHE Porto Primavera e adequações necessárias para integração dessas informações ao sistema scada da usina (caixa de junção, LP's, cabeamento, ajustes no supervisor, etc.). O valor definido da RAP pela resolução é de R\$ 399.885. Em 16 de julho de 2024, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.348/2024 estabeleceu a RAP em R\$ 38.388.119 para o período de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025. **1.4 Revisão Tarifária periódica:** Em 9 de julho de 2024, através da resolução homologatória nº 3.343/2024, a ANEEL homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida - RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia, com um índice de reposicionamento nominal de (2,09%), relativos às receitas RBNI, RCDM, RMEL e RICGNI, a preço de 1º de junho de 2024. A revisão tarifária periódica é feita a cada 5 anos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2025. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **2.3 Classificação circulante e não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. MUDANÇAS NAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1): As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na nota explicativa 14, a Companhia possui empréstimos bancários com garantias que estão sujeitos a covenants específicos. Embora os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2024, uma futura quebra dos covenants específicos, pode exigir que o Grupo liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia concluiu que tais alterações relacionadas a classificação e divulgação dos passivos circulantes e não circulantes não trouxe impacto na elaboração destas demonstrações financeiras.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

5. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS RELEVANTES

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impostos diferidos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **5.1 Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **5.2 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **5.3 Provisão para contingências:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros. **5.4 Ativo de contrato:** O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um "ativo contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). A estimativa do valor do ativo contratual, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de construir e operar a linha de transmissão. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos mais margem. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão é registrada na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito à contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **5.5 Provisão para perda de crédito esperada (PCE):** Provisão para perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela

Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros: • Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber; • Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos; • Existência de garantia; • Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas; e • Análise de devedores em falência que é feita através de um arquivo publicado no site da ONS com as informações dos clientes devedores de "Casos Especiais", entre eles os que estão em Recuperação Judicial e com essa justificativa incluímos em nossa base. Os parâmetros acima devem ser considerados para todos os clientes excluindo os títulos que estão em processo judicial. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

6. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **(a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de resultado, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de resultado da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **(b) Outras normas Contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos	6.626.930	8.343.425
Aplicações financeiras (i)	14.899.301	47.241.642
Total	21.526.231	55.585.067

(i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferece com remuneração média de 101,94% do CDI em 2024 e de 103,33% do CDI em 2023. A redução é devido a transferência dos saldos para CDB de longo prazo em títulos e valores mobiliários aproveitando condições de prazo e taxa melhores e a pagamento de dividendos e empréstimos no exercício de 2024.

7.1 Política contábil: Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2024	31/12/2023
Curto prazo	18.142.659	—
Aplicação banco BTG - CDB (i)	18.142.659	—
Total	18.142.659	—
Longo prazo	31/12/2024	31/12/2023
Conta reserva - financiamentos (ii)	8.649.921	8.157.134
Total	8.649.921	8.157.134

(i) Nos dias, 29/11/2024 e 30/12/2024, devido às condições de prazo e taxa oferecidos, a Companhia efetuou uma aplicação em CDB do Banco BTG com prazo de 120 dias com vencimento em 01/04/2025 e 02/05/2025 respectivamente; a entidade não possui possibilidade de utilizar o saldo até a data do vencimento. Foi aplicado um montante total de R\$ 18.000.000 a uma taxa de 101,5% do CDI. (ii) Os saldos apresentados como não circulante são para atender às exigências referentes às garantias reais do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. (vide nota explicativa 14). Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor dos Debenturistas uma Conta Vinculada das Debêntures. Esta conta deverá ser preenchida mensalmente pelo Banco Depositário com o valor correspondente a 1/6 (um sexto) do valor projetado para pagamento da próxima parcela vencida de principal, acrescido dos juros remuneratórios das debêntures, conforme apuração feita pela Agente Fiduciária no primeiro dia útil do sexto mês anterior à cada data de pagamento. Todos os recursos depositados na Conta Vinculada das Debêntures serão utilizados, semestralmente, para amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures e/ou para o pagamento dos Juros Remuneratórios. A partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, caso, em qualquer período de apuração, os Índices Financeiros (ICSD mínimo de 1,20 e a métrica "Dívida Financeira Líquida/EBITDA" inferior a 3,50) não estejam de acordo com os valores previstos na Escritura de Emissão, a Companhia deverá depositar o valor a ser indicado pelo Agente Fiduciário na Conta Vinculada das Debêntures para que tal valor seja adicionado à geração de caixa e os Índices atinjam os valores mínimos exigidos. Em 31 de dezembro de 2024, a referida obrigação foi atingida.

9. CONTAS A RECEBER - CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	11.656.424	10.943.582
Vencidas até 30 dias	305.966	35.475
Vencidas até 60 dias	328.178	331.414
Vencidas até 90 dias	276.519	777.470
Vencidas até 180 dias	569.916	440.413
Vencidas até 360 dias (i)	1.107.452	112.866
Vencidas há mais de 360 dias (i)	3.116.509	1.528.983
Total	17.360.964	14.170.203
Provisão para perda de crédito esperada (PCE) (ii)	(4.368.523)	(796.110)
Total contas a receber	12.992.441	13.374.093

(i) O aumento em 2024 está relacionado principalmente às provisões de AVCs complementares associadas a rescisões contratuais dos grupos Exus, Newen Energies e Grupo Cassilândia. Esses valores, que no encerramento de 2023 eram parcialmente classificados como vencidos até 90 dias, permaneceram sem recebimento, resultando no envelhecimento da dívida. Além disso, ao longo de 2024, novos clientes passaram a compor a lista com títulos vencidos. Entre os mais relevantes estão Grupo Quintararé, UTE Fortaleza, Grupo Brentech, Grupo Eneva, UFV Belo Horizonte, EPESA e Norte Energia. (ii) Variação refere-se às provisões para perda de crédito de AVCs complementares associadas a rescisões contratuais como por exemplo os grupos: Exus, Newen Energies, Norte Energia e UTE Fortaleza. Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, expectativas de perdas futuras negociações em andamento, existência de garantias reais. A PCE é suficiente

14. FINANCIAMENTOS - TERCEIROS

a. Total da dívida:	Início		Vencimento		Garantidor		Encargos		31/12/2024		31/12/2023	
	Fev/19		Fev/29		(c)		IPCA+ 4,45% a.a.					
Descrição												
Debêntures												
Total												
Circulante												
Não circulante												
Total												
b. Movimentação dos empréstimos e financiamentos:												
Financiadores	Saldo final	Juros, variação	Liquidação	Liquidação	Custo de transação	Saldo final						
Debêntures	31/12/2023	monetária e cambial	juros	principal	a amortizar	31/12/2024						
Total	117.139.866	10.307.098	(5.123.258)	(17.266.759)	717.446	105.774.393						
	117.139.866	10.307.098	(5.123.258)	(17.266.759)	717.446	105.774.393						
Financiadores	Saldo final	Juros, variação	Liquidação	Liquidação	Custo de transação	Saldo final						
Debêntures	31/12/2022	monetária e cambial	juros	principal	a amortizar	31/12/2023						
Total	127.614.317	11.106.362	(5.630.624)	(16.522.884)	572.695	117.139.866						
	127.614.317	11.106.362	(5.630.624)	(16.522.884)	572.695	117.139.866						

para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(796.110)	(794.055)
Reversão	40.587	6.809
Adição	(3.613.000)	(8.864)
Saldo final	(4.368.523)	(796.110)

9.1 Política contábil: Destinam-se à contabilização de créditos referentes a construção e operação da linha de transmissão de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de construir e operar a linha de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

Imposto de renda e contribuição social a recuperar		31/12/2024	31/12/2023
IRPJ saldo negativo (i)		6.915.466	5.477.173
CSLL saldo negativo (i)		2.104.427	1.688.883
Outros		15.621	4.256
Total		9.035.514	7.170.312

Outros impostos a recuperar		31/12/2024	31/12/2023
Pis a recuperar		18.082	90
Cofins a recuperar		84.704	1.832
Tributos municipais		1.306	1.306
Outros		65.790	61.905
Total		169.882	65.133

(i) A variação é decorrente da atualização dos créditos de saldo negativo no exercício de 2024.

11. ATIVOS DE CONTRATO

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	67.226.279	64.386.312
Não circulante	392.038.780	395.478.664
Total	459.265.059	459.864.976

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2023		459.864.976
Receita de construção (i)		—
Receita de O&M (ii)		39.228.801
Receita de remuneração (iii)		63.009.332
Recebimentos		(102.838.049)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		459.265.059
Circulante		67.226.279
Não circulante		392.038.780
Saldo em 31 de dezembro de 2022		450.673.139
Receita de construção (i)		11.390.914
Receita de O&M (ii)		33.627.660
Receita de remuneração (iii)		62.719.955
Recebimentos		(94.688.571)
Adiantamentos de projetos (iv)		(3.858.121)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		459.864.976
Circulante		64.386.312
Não circulante		395.478.664

(i) O saldo de 2023 se refere a construção de reforços na Subestação Nova Porto Primavera: REA nº 9.933/2021 - Instalação do primeiro banco de reatores de barra 440kV e Despacho nº 1430/2021 - Instalação de 3 TP's no Bays de conexão da LT440 kV. (ii) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção; (iii) A variação é decorrente da média do saldo de ativo contratual dos doze meses de 2024 ser superior à média do saldo de ativo contratual dos doze meses de 2023. Sendo assim, a receita de remuneração é maior visto que a remuneração é calculada mensalmente com base no saldo de ativo contratual. Saldos se referem a recebimentos dos serviços prestados de construção e operação da linha de transmissão conforme RAP aprovada e atualizada a cada ciclo pelo regulador; e (iv) No exercício de 2023 a movimentação refere-se à quitação de adiantamentos da construção de reforços na Subestação Nova Porto Primavera: REA nº 9.933/2021 - Instalação do primeiro banco de reatores de barra 440kV e Despacho nº 1430/2021 - Instalação de 3 TP's no Bays de conexão da LT440 kV. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadoras), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar. • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. • Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ele designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados, cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente. **11.1 Política contábil:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

12. FORNECEDORES - TERCEIROS

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para encerramento de obra	1.584.625	1.445.597
Fornecedores relacionados à construção (i)	193.977	1.075.208
Gastos ambientais e fundiários	2.000	10.117
Prestadores de serviços	170.733	211.262
Almoarifado	257.725	148.970
Outros	96.633	128.320
Total	2.305.693	3.019.474

(i) Variação refere-se a quitação das notas fiscais relacionadas ao projeto de reforço Nova Porto Primavera 1º REB (RA9933/21) e projeto de melhoria do sistema de segurança patrimonial.

13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão de férias	2.474.624	2.933.884
Provisão de bônus (i)	3.355.811	3.560.167
Outros	495.071	488.867
Total	6.325.506	6.442.918

(i) O Programa de Bônus é uma ferramenta de gestão e um plano motivacional que dá aos funcionários a oportunidade de receber o reconhecimento da empresa por suas conquistas. O bônus de um funcionário é medido com base nos resultados do KPI (Key Performance Indicators Program) e do PAP (Performance Assessment Program).



PORTO PRIMAVERA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.081.291/0001-39

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

c. Debêntures: Em 11 de fevereiro de 2019, foi assinado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A., com desembolsos em 01 e 08 de março do mesmo ano totalizando o valor de R\$ 112.310.000, sendo a primeira amortização em 15 de fevereiro de 2021 com o término em 15 de fevereiro de 2029. A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 4,45% a.a. **d. Garantias:** • Cessão de 35% dos direitos emergentes do contrato de concessão. • Penhor dado por todos os acionistas em favor dos debenturistas, correspondendo a 22% da totalidade das ações da Companhia. • Cessão de 35% dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão. • Fiança corporativa da State Grid Brasil Holding (SGBH). Mediante o *completion* físico e financeiro, a garantia fidejussória adicional atrelada ao financiamento a Primeira Emissão de Debêntures da Companhia foi liberada em agosto de 2022. **e. Covenants:** A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida, conforme Contrato da 1ª emissão de Debêntures. A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida. Esta razão deve ser igual ou superior a 1,2. Os covenants são calculados a partir das informações contábeis regulatórias registradas e auditadas conforme contrato da 1ª emissão de Debêntures, Anexo III - Fórmula de Cálculo do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida. Abaixo está o cálculo do índice referente ao período de 31 de dezembro de 2024.

A) Geração de caixa	72.846.559
(+) EBITDA	87.927.471
(-) Pagamento de IR + CS	(15.080.912)
B) Serviço da dívida	22.390.017
(+) Amortização de dívida	17.266.759
(+) Pagamento de juros	5.123.258
Índice de cobertura do serviço da dívida (A/B)	3,3
O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:	
(+/-) Lucro/Prejuízo antes do IR	63.146.822
(+/-) Resultado financeiro líquido	5.308.546
(+/-) Resultado de equivalência	-
(+) Depreciações e amortizações	15.899.690
(+/-) Perdas (desvalorização) por <i>Impairment</i>	3.572.413
(+/-) Lucro/Prejuízo na alienação de imobilizado, investimentos ou intangíveis	87.927.471
O Índice de Dívida Financeira Líquida, de acordo com o referido contrato deve ser inferior a 3,5, conforme cálculos abaixo:	
Dívida Líquida (A)	84.248.162
EBITDA (B)	87.927.471
DV/EBITDA (A/B)	1,00
O Índice de Capitalização, de acordo com o referido contrato, deve ser igual ou superior a 15%, com base no balanço regulatório, conforme cálculos abaixo:	
Dívida Líquida (A)	84.248.162
Patrimônio Líquido (B)	298.556.828
Índice de Capitalização (B/(A+B))	78%

f. Fluxos de pagamentos futuros da dívida (longo prazo):

	Amortização
2026	17.045.905
2027	18.698.310
2028	23.655.483
2029	27.558.192
Total	86.957.890

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A PAGAR

Imposto de renda e contribuição social a pagar

	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ (i)	10.513.744	8.002.659
CSLL (i)	3.608.869	2.672.415
Total	14.122.613	10.675.074

Outros impostos a pagar

	31/12/2024	31/12/2023
PIS	182.975	161.882
COFINS	863.255	750.567
Imposto de renda retido na fonte	46.203	946.715
INSS	491.758	465.302
FGTS	142.938	160.405
ISS	74.134	86.312
Outros	301.162	317.550
Total	2.102.425	2.888.733

(i) Variação refere-se substancialmente às adições e exclusões da apuração de IRPJ e CSLL devido a entrada em operação do projeto de reforço e juros sobre capital próprio no exercício de 2023. **Tratamentos fiscais incertos e contingências relacionadas:** A Companhia mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a certas posições fiscais adotadas na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido (IRPJ/CSLL), cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos, é de que elas serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários. Caso tais tratamentos fiscais não sejam aceitos pelas referidas autoridades fiscais, o IRPJ/CSLL corrente a pagar aumentaria em R\$ 1.694.532. É válido destacar que as muitas oriundas destes processos não apresentam as características de Impostos sobre o lucro e por isso não são tratados sobre o escopo do IFRIC 23. Para maiores detalhes vide nota explicativa 16.

16. PROVISÃO DE CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos. A Companhia, constitui provisões para riscos de serviços, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços	334.440	284.733
Trabalhista	20.966	422.225
Fiscais	1.342.312	-
Total	1.697.718	706.958

Nesse sentido, a movimentação do saldo de provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Fiscais	Trabalhistas	Serviços	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	422.225	284.733	706.958
Adições e reversões, líquidas	1.342.312	24.510	10.176	1.377.000
Pagamento	-	(426.642)	-	(426.642)
Atualizações monetárias	-	873	39.531	40.404
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.342.312	20.966	334.440	1.697.718
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	150.731	150.731	301.462
Adições e reversões, líquidas	371.229	(12.208)	359.021	718.042
Atualizações monetárias	50.996	146.210	197.206	500.412
Saldo em 31 de dezembro de 2023	422.225	284.733	706.958	1.413.916

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza trabalhista, fiscal e de serviço cujas expectativas de perdas estão classificadas como provável.

Descrição dos processos de naturezas trabalhistas

	2024	2023
Número do Processo:	0025109-84.2021.5.24.0002, 0010449-16.2022.5.15.0127 e 0025044-40.2022.5.24.0007	20.966 106.781

Autor: ex empregados

Situação atual: O valor de exposição refere-se aos processos trabalhistas 0025109-84.2021.5.24.0002 e 0010449-16.2022.5.15.0127, ambos em fase recursal.

Movimentação do período: A movimentação do período ocorre por conta do processo 0025044-40.2022.5.24.0007, que sofreu alteração de prognóstico para risco remoto.

Descrição dos processos de natureza de servidão

	2024	2023
Número do Processo:	0550133-07.2006.8.12.0054 e 0100795-91.2006.8.12.0002	334.439 284.733

Autor: PPTTE

Situação atual: O valor de exposição referente a servidões está vinculado a 2 processos de constituição de servidão 0550133-07.2006.8.12.0054 e 0100795-91.2006.8.12.0002, ambos em fase recursal.

Movimentação do período: A variação de 2023 para 2024 refere-se à atualização monetária.

Descrição dos processos de natureza fiscal

	2024	2023
Número do Processo:	0104607-07.2014.4.02.5101	1.342.312 -

Autor: Fazenda Nacional

Situação atual: Execução Fiscal ajuizada para cobrança de débitos de CSLL inscritos em dívida ativa referentes ao período de apuração de novembro e dezembro de 2006. Atualmente foi certificado que a PGFN não apresentou contrarrazões aos EDCAL

Movimentação do período: A variação é decorrente da movimentação de avanços desfavoráveis alterando o risco de provável para provável.

Contingências possíveis (não provisionadas)

As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos fiscais e trabalhistas, conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Fiscais (i)	1.205.545	2.436.456
Total	1.205.545	2.436.456

(i) **Processos Fiscais:** Referem-se a duas ações judiciais que tramitam pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, foram autuadas sob o nº 0143346-83.2013.4.02.5101 no valor de R\$ 502.511 em 31/12/2024 e R\$ 816.777 em 31/12/2023 e 0104607-07.2014.4.02.5101 nova valor de R\$ 352.221 (trezentos e cinquenta e dois mil, duzentos e vinte e um mil) em 31/12/2024 e R\$ 1.619.678 em 31/12/2023, e nas quais se discutem PIS e CSLL respectivamente. Nos dois casos houve sentença favorável à Companhia, que foi objeto de recurso pela Fazenda Nacional e aguarda-se julgamento dos recursos.

16.1 Política contábil: A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

17. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

	31/12/2024	31/12/2023
IR e CSLL diferidos	71.078.207	65.549.016
IR Diferido	52.263.387	48.197.806
CSLL Diferida	18.814.820	17.351.210
Pis e Cofins diferidos	42.482.018	42.537.511
Pis Diferido	7.577.874	7.587.772
Cofins Diferido	34.904.144	34.949.739
Total Impostos diferidos	113.560.225	108.086.527

17.1 Política contábil: Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis, impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos fiscais não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47 - receita de contrato com cliente, a ICPC 01 (R1) - interpretação contratos de concessão, o OCPC 05 - orientação contratos de concessão e CPC 06 (R2) - arrendamentos, mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço. O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração dos ativos da concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 214.035.000 dividido em 214.035.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. Em 11 de setembro de 2024 foi assinado contrato de compra e venda de ações entre a International Grid Holdings Limited (IGHL) e a State Grid Brazil Holding (SGBH), onde todas as ações de titularidade da IGHL nas empresas afiliadas do Grupo foram transferidas para a SGBH, a qual se retirou do quadro de acionistas das sociedades, com a consequente conversão das empresas afiliadas do Grupo em subsidiárias integrais da SGBH. O valor do pagamento foi calculado com base no custo de aquisição, onde a SGBH pagou para a IGHL o valor referente a 1 ação nominativa a R\$ 1,65 cada uma, totalizando o valor de R\$ 1,65. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2024	2023
State Grid Brazil Holding S.A.	100%	99,99%
International Grid Holdings Limited	-	0,01%
Total	100%	100%

b. Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. **c. Reserva de retenção de lucros:** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e pagamento de juros sobre capital próprio, ficando disponível o montante de R\$ 45.839.033 e R\$ 59.206.670 respectivamente, na forma de retenção de lucros para pagamento de futuros conformes determinação dos Acionistas de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada. **d. Dividendos e juros sobre capital próprio:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	48.739.004	62.322.811
Reserva legal (5%)	(2.436.950)	(3.116.141)
Base de cálculo para os dividendos	46.302.054	59.206.670
Dividendos mínimos obrigatórios (i)	463.021	592.067
Juros sobre capital próprio (ii)	-	(6.000.000)

(i) Devido o valores da distribuição de JCP terem sido superiores aos valores dos dividendos mínimos obrigatórios, não houve provisão dos mesmos para os exercícios de 2023. (ii) O Juros sobre o Capital Próprio (JCP), foi calculado sobre o Patrimônio Líquido da Companhia com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) por rata die, conforme determina a Lei nº 9.249/1995 e aprovado pelos acionistas através das atas de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 21/12/2023. Foram efetuadas as aprovações de distribuição de dividendos mínimos e intermediários e juros sobre capital próprio, que foram pagos ao longo de 2024 e 2023 conforme demonstrado abaixo:

	Dividendos pagos em 2024	Dividendos pagos em 2023	JCP líquido em 2023	Valor do IR s/JCP
Órgão aprovador	Data	pagos em 2024	pagos em 2023	JCP líquido em 2023
AGO	04/04/2024	51.206.669	-	-
RCA	14/10/2024	8.000.000	-	-
RCA	20/07/2023	-	40.454.475	-
AGE	21/12/2023	-	-	5.100.000 900.000
Total		59.206.669	40.454.475	5.100.000 900.000

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional bruta	124.219.290	135.302.353
Receita de operação e manutenção (i)	39.228.801	33.627.660
Remuneração dos ativos de contrato (ii)	63.009.332	61.719.955
Receita de construção (iii)	-	11.390.914
Outras receitas (iv)	21.981.157	27.563.824
Deduções da receita operacional	(15.703.383)	(17.440.703)
PIS e COFINS correntes	(11.545.777)	(11.294.910)
PIS e COFINS diferidos (v)	55.493	(1.207.121)
RGR (Reserva global de reversão)	(2.706.615)	(3.479.237)
P&D (Pesquisa e desenvolvimento)	(415.434)	(400.780)
TFSEE (Taxa de fiscalização)	(1.091.050)	(1.058.655)
Receita operacional líquida	108.515.907	117.861.650

(i) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção; (ii) A receita de remuneração é calculada mensalmente com base no saldo de ativo contratual conforme mencionado na nota explicativa 12. (iii) O saldo de 2023 se refere a construção de reforços na

Subestação Nova Porto Primavera: REA nº 9.933/2021 - Instalação do primeiro banco de reatores de barra 440kV e Despacho nº 1430/2021 - Instalação de 3 TPs no Bays de conexão da LT440 kV. (iv) A conta de outras receitas é composta pelo diferencial de inflação entre a RAP utilizada no modelo da adoção e a RAP do ciclo atual. Sendo assim, à medida que são realizadas inflações inferiores a inicialmente projetada, a tendência é de que essa conta reduza quando comparada ao total do ano anterior, visto que o impacto do diferencial inflacionário é cumulativo. Apesar da revisão tarifária realizada em 2024 conforme mencionado na nota explicativa 1.4, o resultado de 2024 foi menor que 2023 devido os índices inflacionários. (v) Pis e Cofins diferidos são calculados mensalmente com base no saldo de ativo contratual. O saldo de ativo de contrato dos doze meses de 2024 foi inferior ao dos doze meses de 2023, o que justificou o saldo positivo em 2024 no resultado.

19.1 Política contábil: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: **(a) Receita de construção** - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção são reconhecidas conforme os custos não incorridos e acrescidos da margem de construção calculada com base nas melhores estimativas da Companhia ao desenvolver o modelo inicial de Ativo Contratual. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. A margem de construção é calculada como o valor que zera o ativo contratual ao final da concessão. **(b) Receita de operação e manutenção** - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **(c) Remuneração do ativo contratual de concessão** - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **(d) Outras receitas** - A conta de outras receitas é composta pelo diferencial de inflação entre a RAP utilizada no modelo da adoção e a RAP do ciclo atual e também pelos efeitos da revisão tarifária periódica, visto que estes são reconhecidos através da linha de recebimentos do fluxo ao serem confrontadas com a RAP da adoção. **Impostos incidente sobre a receita da transmissão de energia elétrica:** As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

20. CUSTO DE CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(9.882.272)	(9.277.457)
Material	(878.107)	(1.612.931)
Serviços de terceiros	(2.029.301)	(1.303.359)
Seguros	(190.810)	(170.721)
Tributos	(17.225)	(25.999)
Arrendamentos e alugueis	(127.802)	(53.362)
Custo de construção (i)	-	(9.001.146)
Custo de operação e manutenção (ii)	(4.386.609)	(3.350.537)
Gastos diversos	(1.026.139)	(945.944)
Total	(18.538.265)	(25.741.456)

(i) O saldo de 2023 se refere a custos de projetos de reforços na Subestação Nova Porto Primavera: REA nº 9.933/2021 - Instalação do primeiro banco de reatores de barra 440kV e Despacho nº 1430/2021 - Instalação de 3 TPs no Bays de conexão da LT440 kV, concluídos em 2023. (ii) Variação refere-se a projetos de melhorias implementados em 2024 relacionados a instalação de defensas nas torres e retrofit dos oscilógrafos.

21. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2024	31
--	------------	----



★ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

25.1 Ativo:

	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber - partes relacionadas - Curto prazo	4.853.283	5.057.084
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	4.837.371	5.057.084
Intercompany Itatim - Despesas Pessoal	1.332	-
Intercompany GATE - Despesas Pessoal	14.580	-
Contas a receber - partes relacionadas - Longo prazo	12.048	12.048
Outros ativos não circulantes	12.048	12.048
Intercompany Itatim - Despesas gerais	12.048	12.048

25.2 Passivo:

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores - partes relacionadas	1.081.980	456.263
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	1.063.688	440.663
Aluguel (ii)	15.600	15.600
Intercompany LTI - Despesas com tributos	888	-
Intercompany ITE - Despesas Pessoal	591	-
Intercompany SGBH - Despesas com seguros	1.213	-
Dividendos a pagar e JCP	463.021	-

25.3 Resultado:

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado - partes relacionadas	16.428.739	16.394.417
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	16.615.939	16.515.555
Aluguel (ii)	(187.200)	(121.138)

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em abril de 2022, através do despacho nº 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.

25.4 Remuneração da administração (pessoal - chave): As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidas no resultado do período, estão apresentadas como segue:

Valores reconhecidos no resultado	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	(449.073)	(374.675)
Benefícios diretos e indiretos	(98.735)	(63.196)
Encargos	(210.383)	(183.792)
Provisões (13 salário, férias e bônus)	(287.065)	(236.157)
Valor total da remuneração	(1.045.256)	(857.820)

(*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus.

25.5 Política contábil: Transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida. Remuneração inclui todos os benefícios a empregados e administradores (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a Empregados), inclusive os benefícios dentro do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações. Os benefícios a empregados são todas as formas de contrapartida paga, a pagar, ou proporcionada pela entidade, ou em nome dela, em troca de serviços que lhes são prestados. Também inclui a contrapartida paga em nome da controladora da entidade em relação à entidade.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. Exceto conforme detalhado no item 26.2 a seguir, a Companhia considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros, não diferem dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Todos os instrumentos financeiros (mensurados ao valor justo, exceto os saldos de caixa e bancos) da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

26.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	7	21.526.231	55.585.067
Títulos e valores imobiliários	8	26.792.580	8.157.134
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Contas a Receber - Concessionárias e permissionárias	9	12.992.441	13.374.093
Contas a receber - partes relacionadas	25.1	4.853.283	5.057.084

Passivos mensurados pelo custo amortizado

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores - terceiros	12	2.305.693	3.019.474
Fornecedores partes relacionadas	25.2	1.081.980	456.263
Financiamentos - terceiros	14	105.774.393	117.139.866

26.2 Instrumentos financeiros que são exigíveis divulgações do valor justo: Para o cálculo do valor de mercado das debêntures, projetaram-se os pagamentos provenientes desta ao longo de um fluxo de caixa considerando as seguintes premissas: (a) índice e taxa indicativa ANBIMA provenientes de debêntures semelhantes (setor, indexador, duration) para os casos onde a debênture analisada não constar na base ANBIMA e (b) curva de amortização do agente fiduciário. O valor deste fluxo a valor presente é a abordagem de mensuração do valor justo. Conforme tal metodologia, o valor justo das debêntures para a Companhia pode ser observado conforme o quadro abaixo: • Saldo contábil: R\$ 105.774.393; • Cálculo valor justo: R\$ 92.772.423. A Companhia considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como "passivos financeiros ao custo amortizado", aproximam-se dos seus valores justos. **26.3 Gestão de risco:** As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: **a. Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. **b. Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

Feito em Reais

	31/12/2024	31/12/2023				
Passivos Financeiros						
Empréstimos e financiamentos - Terceiros	105.774.393	117.139.866				
A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos dos ativos financeiros da Companhia em 31/12/2024 estabelecida através das variações para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pelo BACEN. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 15% e 30%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pelo BACEN).						
31/12/2024	Valor contábil	Total	Até 12 meses	1-2 anos	2-4 anos	2-5 anos
Fornecedores Terceiros	2.305.693	2.305.693	-	-	-	-
Fornecedores Partes relacionadas	1.081.980	1.081.980	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	105.774.393	140.703.904	20.902.632	23.473.706	59.119.363	37.208.203

26.4 Política contábil: Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma: • **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA")** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
PPTE-PM-2021-5492	Sendi	Contrato EPC - Banco de reatores	11/02/2022	545.444
PPTE-PM-2024-AAQS	ARTECHE	IPARO - TCs	13/05/2024	414.830
PPTE-PM-2021-5493	Sendi	Contrato EPC - UHE TPs	11/02/2022	48.714
Total				1.008.989
Cronograma de vencimento				Em R\$
2025				1.008.989
				1.088.989

DIRETORIA		
Ramon Sade Haddad Diretor Presidente	Changwei Chen Diretor	Mariana de Oliveira Barbosa Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com clientes:** Veja as Notas Explicativas nºs 11 e 19 das demonstrações financeiras. **Principal assunto de auditoria:** Conforme os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, a Companhia é responsável pela construção, operação e manutenção da infraestrutura de transmissão para transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. De acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, a Companhia reconhece: (i) um ativo de contrato a medida em que são concluídas as obrigações de desempenho relacionadas a construção da infraestrutura; (ii) receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, a partir da entrada em operação, utilizando a taxa de remuneração definida no início do projeto. A estimativa do valor do ativo de

contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolveu, em seu reconhecimento inicial, o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de remuneração. Espera-se que as premissas utilizadas para mensuração e reconhecimento inicial permaneçam inalteradas para as mensurações prospectivas em datas-bases subsequentes. Devido à especificidade e relevância dos ativos de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração reconhecidas em conjunto das demonstrações financeiras, além de possuírem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis, consideramos a atualização e reconhecimento dessas rubricas como assunto significativo para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) A leitura dos contratos de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço dos contratos; (ii) Validação pelos especialistas em Corporate Finance das premissas utilizadas nas projeções de custos, margem contratual, definição da taxa de desconto e projeção da taxa de inflação utilizados no modelo dos Ativos contratuais de RTP; (iii) Verificação dos Reforços: (a) se a metodologia de avaliação foi elaborada de forma consistente com as práticas normalmente utilizadas para determinar os fluxos de caixa e a taxa de financiamento; e (b) se as premissas (taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), e a taxa de remuneração) estão fundamentadas em dados históricos e/ou mercado e com os orçamentos aprovados pela Companhia, permanecendo inalteradas em relação as premissas utilizadas no exercício anterior e verificado pelo nosso time de Corporate Finance; (iv) Verificação se as bases de receita utilizadas para mensuração do ativo de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração sobre o ativo de contrato são consistentes com os valores autorizados pelas resoluções homologatórias nº 3.348/2024 e nº 3.216/2023, e com os respectivos Avisos de Créditos (AVCs); (v) Verificação se os cálculos matemáticos para determinar os valores das estimativas estão adequados; (vi) A avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. - Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a estimativa do ativo de contrato, da receita de construção, receita de operação e manutenção e da receita de remuneração e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude



PORTO PRIMAVERA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.081.291/0001-39



★ continuação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas

demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram

considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2025



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Luis Claudio França de Araujo
Contador - CRC RJ-091559/O-4

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 10/04/2025

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/04/10/PORTOPRIMAVERA1581857610042025.pdf>
Hash: 17442070835e86d3a4f11f4b24aaaa540cc87d5c37